

em MOVIMENTO

Pelos caminhos do mundo,  para o caminho de Abril

Jornal da responsabilidade do PCP/Emigração

Distribuição gratuita
N.º 5 - Abril 2009

Encontro CDU das Comunidades Portuguesas na Europa



Páginas 6,7 e 8

**O futuro das reformas
dos emigrantes
e ex-emigrantes**

Página 4

**Governo despeza remessas
dos emigrantes**

Página 10

**CDU apresentou lista
ao Parlamento Europeu**

Página 12

EDITORIAL

Abrir caminho a uma nova política

Os portugueses residentes no estrangeiro vão ser chamados a votar, em pouco mais de três meses, para as eleições para o Parlamento Europeu (7 de Junho) * e para a Assembleia da República (muito provavelmente em final de Setembro).

As eleições deste ano constituem uma oportunidade para de forma clara condenar a política de direita e a acção do Governo do PS e de afirmação e exigência de um novo rumo na vida política nacional e, em consequência, uma nova política para as comunidades portuguesas.

O reforço das posições, expressão e influência eleitorais da CDU é condição para abrir caminho a uma nova política que, vinculada aos valores de Abril e à Constituição da República, garanta um futuro e uma vida melhores para os portugueses que vivem dentro e fora do país e transforme Portugal num país mais justo, desenvolvido e soberano.

As eleições em 2009, são o momento de fazer convergir também no voto a vasta corrente de indignação, protesto, resistência e luta desencadeada contra a política de maioria do PS e do seu governo lembrando a este propósito que foi nestes últimos quatro anos que as Comunidades Portuguesas se ergueram numa contestação, nalguns casos sem paralelo, contra a política de emigração do actual governo do PS.

As eleições de 2009, são ainda o momento para condenar trinta e três anos de política de direita desenvolvida pelo PS, PSD e CDS-PP. Orientada contra as conquistas de Abril e para a reconstituição do capitalismo monopolista, que fizeram de Portugal um País mais injusto, desigual, dependente e menos democrático.

Ao contrário do que tem sido afirmado que os problemas que o País atravessa e que se agravaram nos últimos quatro anos com o governo PS não são de agora nem residem em exclusivo no agravamento da crise do capitalismo.

As razões que conduziram o país à actual situação foram, sobretudo, a acção conjugada e convergente de PS, PSD e CDS/PP de favorecimento do grande capital e de liquidação de direitos políticos, económicos, sociais e culturais.

Contrariando a ideia que os promotores da política de direita procuram difundir com o objectivo de estimular a resignação e a inevitabilidade, a CDU afirma que é possível e necessário uma nova política ao serviço dos trabalhadores, do povo e do país.

É possível e necessário uma nova política que não empurre milhares e milhares de trabalhadores, nomeadamente jovens à procura do primeiro emprego para a emigração, na maior parte dos casos em situação de grande precariedade, e impeça de regressar ao país, por falta de condições, muitos emigrantes.

Uma nova política que tenha em conta a importância e o peso das comunidades portuguesas e que nesse sentido as reconheça como um vector estratégico da política externa; defenda e valorize a língua e cultura portuguesas no estrangeiro; apoie o movimento associativo das comunidades; garanta serviços consulares adequados às necessidades e que possam responder eficazmente aos novos problemas decorrentes dos novos fluxos emigratórios; potencie a captação das remessas dos emigrantes; tenha em conta a situação dos reformados que trabalharam no estrangeiro estabelecendo novas e melhores regras para a atribuição de reformas.

Uma nova política que tenha como objectivo uma justa distribuição dos rendimentos; que promova o emprego com direitos; que defenda os sectores produtivos e em que o Estado assuma um papel determinante nos principais sectores económicos; que defenda os serviços públicos; que garanta um efectivo desenvolvimento regional; que promova a democracia cultural; que afirme Portugal como um país livre e soberano, que rompendo com a conivência e subserviência face às políticas da União Europeia, assegure a defesa dos interesses nacionais e uma política de cooperação e paz entre os povos.

Uma nova política, uma política de esquerda que o país precisa e para cuja concretização é indispensável a CDU e a ampliação da sua expressão eleitoral.

A CDU é um espaço de convergência democrática e de alternativa política, de todos aqueles que, afrontados pela política de direita, hoje exigem a ruptura com essa política e uma inequívoca e consistente política de esquerda. Pela coerência do seu projecto e pela garantia que o seu percurso unitário e democrático testemunham, a CDU é a única força cujo reforço eleitoral e político pode pôr fim à alternância e abrir portas à construção de uma alternativa política.

Força de Abril e das suas conquistas, é na CDU e no seu reforço que reside a possibilidade de uma viragem na política nacional favorável aos interesses das comunidades portuguesas.

A CDU apela aos emigrantes para que nas próximas eleições deste ano, desde logo para o Parlamento Europeu a 7 de Junho, reforcem a sua expressão eleitoral.

Manuela Pinto Ângelo
do Secretariado do CC do PCP

* Na Emigração a votação nos consulados irá decorrer durante três dias, 5, 6 e 7 de Junho ●

Avante!

Ler e Divulgar

Órgão Central do Partido Comunista Português

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Manifestação 28 de Março

«Leva a luta até ao voto»

Juventude CDU apresentada em Lisboa

CDU 2009

Tendo em conta a importância dos próximos actos eleitorais (europeias, legislativas e autárquicas), foi apresentada em Lisboa a Juventude CDU, conjugação de esforços entre a Juventude Comunista Portuguesa e a Juventude do Partido Ecologista «Os Verdes».

Milhares no sábado, em Lisboa Jovens em luta

Concentração em Lisboa Defender a agricultura

Medidas do Governo Quem dá e tira...

80.º aniversário do nascimento de Michel Giacometti

O curso que descobriu Portugal

França Ascenso popular

El Salvador Entrevista

Declaração de Jerónimo de Sousa

PCP convoca Marcha

Órgão Central do PCP. A voz dos trabalhadores.

Assinaturas: Europa – 50 números: 116€ – Fora da Europa: 50 números: 167€

Editorial Avante!

Av. Almirante Gago Coutinho, 121 - 1700-029 Lisboa

Email: avante@pcp.pt - Web: www.avante.pt ●

Receba em casa em MOVIMENTO

Ligue para (351) 21 781 38 00 ou envie o seu nome e morada completa para:
DOE do PCP - Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 1600-196 Lisboa PORTUGAL ●

Em MOVIMENTO

FICHA TÉCNICA

Propriedade, Administração e Edição
DOE - Direcção da Organização na Emigração do PCP
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 – 196 Lisboa
Telefone: (351) 21 781 38 00
Fax: (351) 21 781 38 32
E-mail: emigracao@pcp.pt
Site: www.emigracao.pcp.pt
Contribuinte: 500940673

Director

João Armando

Colaboraram neste número

Anselmo Dias
José Cavaco
Manuela Pinto Ângelo

Impressão: Grafisa,
R. José Gomes Ferreira, 16
Vale Mourão - 2735-604 Cacém

Periodicidade: Quadrimestral
Tiragem: 5.000 exemplares ●

Encontro Nacional do PCP sobre eleições

Realizou-se em Almada, no dia 28 de Fevereiro, o Encontro Nacional do PCP sobre as Eleições de 2009. Tendo como objectivo central preparar a intervenção dos militantes e organizações do Partido para os próximos actos eleitorais para o Parlamento Europeu, Assembleia da República e Autarquias Locais. O Encontro reuniu cerca de 1.100 participantes, teve ainda a presença das delegações do Partido Ecologista "Os Verdes", da Associação Intervenção Democrática e de personalidades independentes que, com o PCP formam a Coligação Democrática Unitária – CDU. Foram cerca de 50 as intervenções, que abordaram os vários problemas dos trabalhadores e do povo português, a crise económica e social, o desemprego, a desertificação do interior do País, a emigração, mas também a luta de massas e o reforço da organização do Partido.

Reforçar a CDU

Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, afirmou no início do Encontro: "A luta por uma nova política é inseparável do reforço eleitoral da CDU e da afirmação do PCP". Noutras intervenções os participantes no Encontro afirmaram: todos os militantes e activistas da CDU, assim como milhares de homens e mulheres sem partido que aspiram a uma vida melhor, devem participar activamente nas campanhas eleitorais que se avizinham, esclarecendo e mobilizando todos aqueles que, com as suas lutas, se opõem às políticas do Governo. É necessário realizar inúmeras iniciativas a nível local, nacional, na emigração, contactando directamente com as pessoas por forma a esclarecer e a mobilizar para o voto na CDU. É preciso mobilizar as pessoas para lutarem pelos seus direitos, não ficarem de braços cruzados, pois só com a luta se conseguem alcançar as vitórias. E os actos eleitorais representam uma grande luta, uma grande batalha, para se atingir os objectivos. Relativamente às eleições para o Parlamento Europeu, as primeiras deste ano eleitoral, os votos dos emigrantes são fundamentais, todos contam, porque só haverá um círculo eleitoral, uma lista única da CDU.

O nosso mandato no Parlamento

A CDU elegeu em 2005 dois deputados ao Parlamento Europeu – Ilda Figueiredo e Pedro Guerreiro. O trabalho dos dois deputados tem sido intenso. Na sua intervenção, Ilda Figueiredo afirmava: "Estas Eleições vão realizar-se num dos mais importantes momentos da luta de classes em Portugal e na própria União Europeia". Por todo o lado cresce o descontentamento dos traba-

Tempo de lutar, tempo de votar, tempo de mudar!

lhadores e das populações contra as políticas actuais dos Governos europeus. Em Portugal como em França, na Alemanha ou no Luxemburgo, a política neoliberal levada a cabo, promove a desvalorização do trabalho, protege a acumulação do capital, intensifica a exploração, multiplica lucros e fortunas, agrava as desigualdades sociais e territoriais dentro do mesmo País ou entre países, aumenta o desemprego e a pobreza. Foi contra estas políticas que os deputados do PCP, integrados no Grupo da Esquerda Unitária Europeia do Parlamento Europeu, se bateram dando voz às justas aspirações dos trabalhadores, sempre em ligação estreita com a realidade do País; estivemos na primeira linha de combate exigindo apoios para ultrapassar rapidamente os atrasos de Portugal, seja na produção agrícola, energética e tecnológica, seja para vencer os atrasos em níveis de escolaridade, formação e investigação científica; estamos na União Europeia lutando contra uma Europa fortaleza, do inadmissível pacto de exploração da imigração, uma Europa do capital e do grande patronato europeu. Todos juntos conseguiremos mais votos, mais deputados para a defesa do Portugal de Abril.

A política de emigração

João Armando, membro do Comité

Central e da DOE (Direcção da Organização na Emigração) denunciava, ao intervir no plenário, as muitas promessas que foram feitas antes da adesão de Portugal à então CEE, pelo PS, PSD e CDS/PP, que "procuraram fazer passar a ideia de que a entrada de Portugal no Clube dos países ricos da Europa, seria um grande avanço no plano dos direitos sociais para os trabalhadores e que o desenvolvimento económico e social seria de tal ordem que Portugal, a curto termo, deixaria de ser um país de emigração". A realidade veio demonstrar o contrário: os direitos sociais obtidos não foram nenhuma benesse da União Europeia ou dos Governos em cada País, mas foram conquistados pelos próprios emigrantes portugueses e de outras nacionalidades na luta pela igualdade de tratamento e contra as discriminações, luta esta mais geral da classe operária e dos trabalhadores nacionais por melhores condições de vida". A participação de Portugal na União tem servido para travar o processo democrático criado com a Revolução de Abril. Os Governos de Portugal que temos tido até agora têm atrasado o desenvolvimento do País: cada vez é maior o número de portugueses que emigram, são altíssimas as taxas de desemprego, as medidas que se tomam são lesivas dos interesses dos trabalhadores; é o desmantelamento dos serviços consulares, é desorganização

do ensino do português no estrangeiro; é a falta de políticas de incentivo ao regresso, como a valorização das reformas, o estímulo às remessas, o desenvolvimento do interior do País.

Jerónimo de Sousa, Secretário-geral do PCP, encerrou os trabalhos do Encontro Nacional do PCP, afirmando "Estamos convictos de que as orientações contidas na Declaração que aprovamos correspondem inteiramente aos interesses fundamentais e às aspirações mais profundas dos trabalhadores e da população laboriosa do nosso País, dos pequenos e médios agricultores, intelectuais, quadros técnicos, micro, pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, das mulheres, dos jovens, dos deficientes, de todos os que sofrem as consequências da política de direita ao serviço do grande capital e dos grandes interesses e as mais variadas formas de injustiça, exploração e opressão. O ambiente que aqui se respirou foi um ambiente de confiança. Confiança nas nossas forças. Confiança na capacidade de realização, intervenção e mobilização do nosso Partido e dos nossos aliados de Coligação. Confiança na vitalidade e na actualidade do projecto de unidade e convergência democrática que é a CDU". (...) "Vamos trabalhar para, com convicção mobilizar vontades, libertar energias, por uma CDU mais forte. Como temos vindo a afirmar pode dizer-se que na CDU reside a força que junta, que une e torna mais próxima a possibilidade duma ruptura com a política de direita, que não se limitou nem se limita a dizer «Basta!», que tudo fará também dizendo «Sim, é possível uma vida melhor!» (...) "Ao nosso lema «tempo de lutar, tempo de mudar, juntamos o tempo de mudar, tempo de lutar, tempo de mudar, tempo de votar, tempo de mudar!»"



O futuro das reformas dos emigrantes e ex-emigrantes

Entre Janeiro e meados de Abril, o PCP promoveu um conjunto de iniciativas muito amplas com vista a apuramento dos problemas relacionados com as reformas. Um debate em Paris, reuniões com ex-emigrantes em 7 localidades em Portugal, assim como uma reunião com o director do DRISS, foi o saldo alcançado permitindo não só o esclarecimento de situações como a elaboração de propostas para a resolução de alguns desses problemas.

PCP da Região de Paris promoveu debate público

A análise dos regimes de segurança social em França e em Portugal, bem como a sua interligação, juntou em Paris, a 31 de Janeiro, dezenas de emigrantes portugueses.

A iniciativa, organizada pelo PCP, contou com a participação de vários oradores, entre os quais Aníbal de Almeida, provedor da Santa Casa de Misericórdia de Paris; António Fonseca, vice-presidente do Conselho das Comunidades Portuguesas; Carlos Santos, militante da CGT e Catherine Mills, professora universitária. Nos trabalhos, dirigidos por Roussado, da Organização do PCP da Região de Paris, participaram ainda Anselmo Dias, do sector da emigração e o deputado Jorge Machado.

O debate evidenciou que, na essência, o sistema capitalista, independentemente do país, determina no plano da exploração as mesmas consequências a quem, no activo, trabalha e a quem, na velhice, se reforma, não obstante algumas pequenas diferenças vigentes que, tendencialmente, serão esbatidas pelas orientações da UE, quer quanto ao nivelamento por baixo dos valores das reformas bem como de outras prestações sociais, designadamente na área do desemprego e da doença, quer quanto à privatização da parte rentável do sistema.

Delegação do PCP de Paris apresenta propostas ao Embaixador de Portugal

Na sequência do debate realizado no dia 31 de Janeiro, em Paris, uma delegação do PCP na região de Paris composta por José Roussado, Mário Ribeiro e Raul Lopes, reuniu, no dia 11 de Março, com o Embaixador de Portugal em França, Francisco Seixas da Costa, a fim de lhe apresentar as conclusões do debate. A delegação comunista apresentou um conjunto de propostas que vão ao encontro dos problemas mais sentido quanto às reformas, solicitando ao Embaixador o seu encaminhamento para o Governo português a quem compete tomar as seguintes medidas: que as reformas por invalidez asseguradas, oficialmente, pelo regime francês sejam reconhecidas pelo Sistema Público de Segurança Social em Portugal; no sentido de que as reformas por velhice asseguradas, oficialmente, pelo regime francês sejam reconhecidas pelo Sistema Público de Segurança Social em Portugal; de, nos casos da existência de pensões mínimas, as mesmas não serem retiradas aos emigrantes a viverem em França, salvo se a soma das pensões (portuguesa e francesa) superar o valor oficialmente considerado como o limiar da pobreza calculado para a França. ●



O pretexto dos vários governos, quaisquer que eles sejam, para o actual ataque ao sistema público de segurança social alicerçado no regime de repartição, reside na ideia de que há um «perigoso» aumento da longevidade e, por esse facto, não haverá, dentro de alguns anos, recursos suficientes para pagar as pensões, porque não havendo uma renovação de gerações chegar-se-á a uma situação em que o número de reformados superará o número de activos.

Tal argumento – que esconde o objectivo da financeirização da segurança social por parte da iniciativa privada – foi desmontado no decurso da reunião, já que o aumento dos anos de vida, longe de constituir um problema, é pelo contrário uma importante e valiosa conquista civilizacional, uma marcha positiva da humanidade, de que nos devemos orgulhar.

A resolução da questão originada pela longevidade deve passar, não pela regressão social, mas, antes, por três as-

pectos essenciais:

- pelo estímulo, no respeito pelas livres opções de vida de cada família, de políticas sociais ao aumento da natalidade, por forma a diminuir o índice de envelhecimento e, por essa via, aumentar a mão-de-obra disponível no aparelho produtivo;
- por uma mais justa repartição da riqueza criada;
- por uma mais justa política fiscal, como aquela que foi proposta pelo PCP e rejeitada pelo PS, que consistia na criação de um imposto de 0,25% sobre

as transacções em bolsa, bem como a criação, em substituição da actual taxa a cargo do patronato, de um valor de 10,5% sobre o valor acrescentado das empresas com receitas superiores a 500 mil euros.

A reunião abordou igualmente outras questões ligadas às situações concretas dos emigrantes, designadamente as decorrentes da totalização, dos períodos de garantia, da idade da reforma e sua antecipação, da atribuição da pensão de invalidez e das pensões mínimas. ●

Reuniões com ex-emigrantes em Portugal

A DOE, em colaboração com as organizações locais do PCP, participou em 7 reuniões públicas realizadas em Almada, Alpiarça, Baixa da Banheira, Grândola, Marinha Grande, Quarteira e Vale de Vargo. Estas iniciativas, para além de permitir a tomada de consciência da situação, apontam medidas para salvaguardar o direito fundamental ao sistema público de Segurança Social.

A gravidade e injustiça quanto às situações encontradas, só poderão serem ultrapassadas pela luta dos emigrantes e das suas organizações, nomeadamente o movimento associativo e Conselho das Comunidades. O PCP dará todo o apoio nesta luta e intervirá na Assembleia da República na perspectiva da melhoria, quer das normas vigentes, quer da prática dos serviços de segurança social, tendo em conta os direitos dos emigrantes. ●

PCP reúne com director do DRISS

Uma delegação do PCP, constituída pelo deputado Jorge Machado e por João Armando e Anselmo Dias, da Direcção da Organização na Emigração, reuniu, no dia 11, com o Director do Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social (DRISS), Dr. Manuel Pinto, no sentido de se analisar um conjunto de temas relacionados com a segurança social dos nossos emigrantes espalhados pelos vários continentes.

Tratou-se de uma reunião muito po-

sitiva onde, de uma forma detalhada, foram, nomeadamente, equacionadas as situações decorrentes das reformas por invalidez e por velhice.

A par disso foram, igualmente, analisadas questões ligadas às pensões mínimas, à interligação da idade de reforma em função da realidade de cada país, bem como a totalização dos períodos de garantia para se ter acesso ao subsídio de desemprego e de doença. ●

Na Suíça em tempo de crise

Promovido pela organização do PCP na Suíça, realizou-se, no dia 22 de Março, em Berna, um debate sobre a situação social dos portugueses na Suíça.

O debate foi moderado por Manuel Alho, do organismo de direcção do PCP na Suíça, onde intervieram Margarida Pereira, sindicalista, que abordou a precariedade no trabalho, Marcel Hostetler abordou a situação das caixas de pensões e Manuel Beja a situação social.

Havendo a registar alguns progressos na aplicação do Acordo Bilateral entre a Suíça e a União Europeia, é, no entanto, de condenar as graves irregularidades detectadas, contrárias ao princípio da igualdade de tratamento entre os cidadãos. Da parte das autoridades portuguesas, verifica-se um deficiente acompanhamento, designadamente em pontos essenciais do Acordo, como a protecção dos direitos à saúde, nas respostas ao controle do reembolso dos fundos das caixas de pensões, na aplicação do direito ao desemprego e nas reformas de velhice e de invalidez.

No âmbito do direito à pensão de invalidez são inúmeras as pessoas, consideradas pelo seguro de invalidez suíço como incapazes de exercerem qualquer actividade, por situações reputadas de graves e prolongadas, que a segurança social portuguesa não reconhece. Pessoas que, na Suíça, não podem assegurar um trabalho remunerado, dado o estado precário de saúde, e que a segu-

rança social portuguesa as considera como válidas, aptas para trabalharem, portanto excluídas da pensão de invalidez portuguesa, mesmo que disponham de um período significativo de contributos.

Registe-se também o facto das exigências requeridas pelos serviços da segurança social serem, em algumas situações, incompatíveis com a realidade de uma pessoa inválida a viver no estrangeiro, quer na colocação dos prazos para envio de documentos, na exigência de se deslocarem a Portugal, ou terem médicos que as representem. As reformas asseguradas pelo seguro de invalidez Suíço, deveriam ter reconhecimento imediato em Portugal.

O debate pôs também em evidencia o preocupante crescimento da precariedade que atinge a comunidade portuguesa, decorrente do aumento do desemprego dos portugueses, cerca de 10 mil, como resultado do encerramento de empresas e a redução de postos de trabalho. Na fila dos desempregados encontram-se cada vez mais trabalhadores portugueses a poucos anos da reforma de velhice, pessoal especializado e até alguns quadros. Lamenta-se que os serviços da Embaixada de Portugal continuem a manter a mesquinha visão de atribuíram o aumento do desemprego dos portugueses, a uma falta de formação profissional, afastando a atenção para a raiz do problema que está no agravamento da crise económica e financeira que afecta a Suíça. ●

CDU contacta população em Bruxelas



A CDU na Bélgica promoveu, no dia 15 de Março, uma jornada de contacto com a comunidade portuguesa com a distribuição do boletim CDU em locais de concentração de portugueses na cidade de Bruxelas.

Uma iniciativa que foi bem recebida pela generalidade das pessoas contac-

tadas e que se insere no prestar contas do trabalho desenvolvido pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu, mas também no esclarecimento da importância dos actos eleitorais que irão decorrer este ano. No boletim são divulgados os primeiros apoiantes da CDU em Bruxelas. ●

Aniversário do PCP nas comunidades

O PCP comemorou no dia 6 de Março o seu 88.º aniversário. É com orgulho que os comunistas portugueses celebraram esta data marcada por uma história impar e insubstituível em defesa dos trabalhadores, do povo e do país. O grande partido

da resistência ao fascismo e da Revolução de Abril.

Nas comunidades portuguesas esta data foi assinalada em diversos países e cidades: Alemanha (Dusseldorf), Angola (Luanda), Bélgica (Bruxelas), Brasil (S. Paulo), França (Chateau

Landon e em Nanterre), Inglaterra (Londres), Luxemburgo (Dudelange) e Suíça (Boudry, Thun e no Valais).

No seu conjunto foram várias as centenas de pessoas que participaram nestas iniciativas.

Foram feitas mais adesões ao

partido confirmando a vaga de simpatia e reconhecimento por parte da comunidade portuguesa do papel do PCP na luta pela defesa dos seus direitos, pela democracia e por um Portugal mais justo e mais democrático. ●



Dusseldorf



Nanterre

Encontro CDU das Comunidades Portuguesas na Europa

"É no reforço da CDU que está a garantia de abrir um caminho de esperança e de uma vida melhor para os portugueses que vivem dentro e fora do País."

Realizou-se, no dia 29 de Março, em Bobigny, na França, o Encontro CDU das Comunidades Portuguesas na Europa, no quadro da preparação das eleições marcadas para este ano: Parlamento Europeu, em Junho, e Assembleia da República (entre Setembro e Outubro).

O Encontro, que contou com cerca de 60 participantes da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suíça, foi um ponto de partida para as batalhas eleitorais que se aproximam, mas também de mobilização de energias na luta contra a política de direita do Governo PS.

As mais de 20 intervenções passaram em revista os principais problemas com que estão confrontados os portugueses naqueles países: a injustiça quanto à atribuição das reformas em França assim como a falta de informação, foram

tratadas por **Jorge Sedas Nunes**; **Maria Encarnação Galvão**, abordou o aumento de desemprego e precariedade na comunidade portuguesa na Suíça; **Luciano Caetano da Rosa**, informou da evolução e crescimento demográfico dos portugueses na Alemanha; **Luís Ferreira**, de França, manifestou preocupações quanto à fraca participação dos emigrantes nos actos eleitorais devido à falta de informação; do Luxemburgo, **Manuel Gomes da Silva** trouxe o testemunho dos ex-militares que se sentem injustiçados pelo não reconhecimento do tempo de serviço militar para efeitos da reforma; **Mário Pinto**, de Espanha, e **Manuel Casanova**, do Luxemburgo, mencionaram a situação de muitos milhares de portugueses que trabalham em situação de grande precariedade nos respectivos países; **Raul Lopes**, abordou a luta desenvolvida pela comunidade portuguesa em França contra o encerramento de consulados; **Alfredo Stoffel**, salientou o desprezo do Governo PS quanto ao ensino da nossa língua e cultura na Alemanha; **José Laurentino** defendeu a descentralização de mesas de voto nas eleições para o Parlamento Europeu, que pela primeira vez vão ser presenciais.

Uma campanha de contacto directo com os portugueses

De vários países chegaram testemunhos das iniciativas de esclarecimento e de contacto directo com os eleitores.

Ricardo Marques (Bélgica), falou do boletim CDU, editado e distribuído em Bruxelas nos locais de concentração de portuguesas, salientando a forma positiva como foi recebido pela generalidade das pessoas. Informou do crescente número de apoiantes da CDU de pessoas sem partido o que revela o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo PCP e a CDU em defesa dos interesses dos trabalhadores e do nosso País.

José Roussado (França), salientou a importância do contacto directo com os eleitores, única forma de ultrapassar a barreira do silenciamento que nos é imposta pelos principais órgãos de informação, em particular as televisões.

Manuel Alho (Suíça), recordou que o PCP e a CDU, ao contrário dos outros, pertencemos a uma força política de cultura militante. Por isso, concluiu, estamos condenados a ter de fazer uma boa campanha, temos de privilegiar o contacto pessoal, na rua, com o vizinho, o

amigo, falar por todo o lado nos nossos candidatos e da importância de os eleger.

Rui Paz (Alemanha), abordou a experiência na região de Dusseldorf onde tem vindo a crescer o prestígio do PCP, facto comprovado pela realização, pela primeira vez, de uma iniciativa para assinalar o aniversário do PCP realizada na associação portuguesa e que juntou mais de 100 pessoas. Salientou ainda o facto de haver em média, desde Novembro do ano passado, uma adesão ao PCP por semana, é o reconhecimento, concluiu, do importante papel desempenhado pelo PCP na ajuda à luta da comunidade na defesa dos seus direitos.

Um outro rumo na política para as Comunidades Portuguesas

A abertura dos trabalhos do Encontro, esteve a cargo de **Manuela Pinto Ângelo**, do Secretariado do Comité Central do PCP, que denunciou "a política do Governo PS dirigida às comunidades portuguesas na emigração, demonstrando mais uma vez que ao contrário dos discursos demagógicos a



MARIA ENCARNÇÃO BELO GALVÃO

Tem 53 anos, tem 2 filhos, vive há 33 anos na Suíça, é operária da indústria de relojoaria.

Membro do Organismo de Direcção Nacional do PCP na Suíça.

Membro do Conselho das Comunidades Portuguesas, faz parte da Comissão da Língua, Educação e Cultura daquele órgão.

Presidente da Mesa da Assembleia da Associação dos Trabalhadores Portugueses de La Chaux-de-Fonds e presidente do Rancho folclórico ROSAS DE PORTUGAL da mesma associação; faz parte da Direcção da Federação Portuguesa de Folclore e Etnografia na Suíça.

Membro da Commune (Assembleia de Freguesia) de La Chaux-de-Fonds.

No cantão de Neuchâtel é Membro da Comissão de Trabalho e Integração dos Emigrantes, da Comissão Migração Feminina e membro do Grupo Crianças-Emigrantes.

Ganhou o prémio "Salut l'Etranger" atribuído pelo cantão de Neuchâtel a pessoas ou Associações que trabalham em prol da Integração dos Estrangeiros.

Membro do grupo de trabalho que redige o "Calendário Commum" anual, calendário que engloba as comunidades Italiana, Portuguesa, de Língua Turca e Africana. ●



acção governativa não tem tido em conta o peso e a importância das comunidades portuguesas."

Manuela Pinto Ângelo disse ainda, "nós não pudemos permitir a continuação de uma política em que o direito constitucional de emigrar continue a ser uma gravosa alternativa à falta de emprego e de emprego com direitos no nosso país."

A política que defendemos, acrescentou a dirigente comunista, "é a de uma ruptura de fundo que pressupõe o fim da continuada política de direita que tem governado Portugal nos últimos 33 anos e tem orientado a União Europeia desde a sua criação."

Para isso, acrescentou a dirigente do PCP, "é fundamental eleger deputados para o Parlamento Europeu que realmente defendam os nossos interesses e não os interesses deles."

É também necessário pôr fim ao ciclo de alternância entre o PS e o PSD com ou sem CDS.

É preciso que todos, os portugueses que acreditam que sim é possível uma vida melhor aproveitem este momento para eleger gente séria, gente que quer e luta pelo desenvolvimento do nosso país, gente que está e estará sempre com os trabalhadores e o povo."

Uma intervenção única e insubstituível

A cabeça de lista da CDU às eleições para o Parlamento Europeu, **Ilda Figueiredo**, participou no Encontro, ficando a seu cargo a intervenção de encerramento. "Os deputados comunistas no PE têm tido uma intervenção muito intensa contra as discriminações de que são vítimas os portugueses que se encontram nos diversos países", uma intervenção que só foi possível devido à estreita ligação que temos com as pessoas, as organizações do PCP na emigração, mas também nos contactos que fazemos

quando nos deslocamos a convite das associações. A deputada lembrou, entre outras, "o papel destacado dos comunistas na luta contra a directiva *Bolkestein* de liberalização dos serviços, na rejeição da proposta de directiva sobre organização do tempo de trabalho e no combate às deslocalizações das empresas". Recordou também a "firme rejeição do federalismo, do neoliberalismo e do militarismo da União Europeia, e pela exigência democrática da consulta ao povo português sobre a proposta do *tratado de Lisboa*".

Salientando a importância do voto e que "todos os votos contam", a candidata da CDU concluiu que "é preciso

mobilizar para a participação nas eleições e para o voto na CDU, aqueles que são vítimas destas políticas, dos que anseiam por uma vida melhor, pela justiça social, pela defesa dos interesses portugueses, pela igualdade, pela paz e democracia participativa, pelas conquistas de Abril."

Em defesa das Comunidades Portuguesas

No Encontro foi feita a apresentação da candidata da Emigração na lista da CDU ao Parlamento Europeu. **Maria Encarnação Galvão** (ver biografia ao

lado), interviu no encerramento do Encontro, começando por lembrar que, "No período anterior à adesão de Portugal à então CEE, o PS e PSD, procuraram vender a ideia, entre outras, de que a entrada de Portugal no clube dos países ricos da Europa seria um grande avanço no plano dos direitos sociais para os trabalhadores portugueses emigrados, e, diziam ainda, em uníssono, que o desenvolvimento económico e social seria de tal ordem que Portugal a curto termo deixaria de ser um país de emigração."

A realidade veio demonstrar o contrário: os direitos sociais obtidos não foram nenhuma benesses da UE ou dos Governos em cada país, mas foram sim conquistados pelos próprios emigrantes portugueses e de outras nacionalidades na luta pela igualdade de tratamento e contra as discriminações, luta esta associada à luta mais geral da classe operária e dos trabalhadores nacionais por melhores condições de vida."

A candidata recordou ainda, quanto à política do Governo PS para as comunidades portuguesas, "podemos afirmar que mais não é do que a continuação da política de direita desenvolvida pelos sucessivos governos. Uma acção governativa que, não só não tem em devida conta a importância da nossa diáspora no todo nacional, como continua a desenvolver um conjunto de medidas profundamente lesivas dos interesses dos trabalhadores portugueses e suas famílias que trabalham e vivem no estrangeiro."

Maria Encarnação Galvão a finalizar afirmou, "nas comunidades portuguesas, onde cresce o prestígio e influência do PCP, os interesses do País e da soberania e independência nacionais, aos quais estão intrinsecamente ligados os interesses dos portugueses que vivem no estrangeiro, serão tanto mais e melhor defendidos com o reforço eleitoral do PCP e da CDU." ●



Manuela Pinto Ângelo

DECLARAÇÃO DO ENCONTRO CDU DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS NA EUROPA

Bobigny/França, 29 de Março de 2009

As eleições deste ano nas quais os portugueses residentes no estrangeiro vão participar – Parlamento Europeu e Assembleia da República – constituem uma oportunidade singular para a afirmação, pelos seus resultados, de uma clara condenação da política de direita e da acção do Governo do PS, de uma clara exigência de um novo rumo na vida política para o País e para a Europa e, em consequência, na política para as comunidades portuguesas.

Em trinta e três anos de política de direita, e em especial nos últimos 4 anos de Governo PS, o País conheceu desenvolvimentos de agravamento da situação do povo e do país: pioraram as condições de vida dos trabalhadores e do povo; aumentaram as desigualdades e a exploração; agravou-se a injustiça na distribuição do rendimento nacional; acentuou-se o estrangulamento dos orçamentos das famílias; condenaram à ruína milhares de agricultores e de micro, pequenos e médios empresários. Estes desenvolvimentos, a par de tornar o país mais dependente e menos democrático, têm empurrado milhares e milhares de trabalhadores para a emigração, onde se incluem jovens à procura de um primeiro emprego, muitas vezes em condições de enorme precariedade. Ao mesmo tempo afasta a perspectiva de um regresso ao país, sonho acalentado ao longo de anos, por muitos emigrantes.

A União Europeia, a par dos sucessivos governos, tem estado no centro da ofensiva contra os trabalhadores, o povo e o País. Nos últimos 5 anos acentuaram-se os principais eixos da integração capitalista da EU, o neoliberalismo, o federalismo e o militarismo; atacaram-se os direitos e conquistas dos trabalhadores, tentando alargar horários de trabalho, precarizando cada vez mais as relações laborais, atacando a contratação colectiva e a acção sindical; avançou a privatização a privatização e a liberalização de amplos sectores, nomeadamente os serviços públicos, incluindo a segurança social; aprofundou-se o militarismo e a corrida ao armamento em parceria com a NATO e os Estados Unidos; acentuou-se o seu carácter antidemocrático com a tentativa de impor o novo tratado da UE, sem debate e sem referendo em Portugal. PS, PSD e CDS têm, no essencial, estado de acordo com estas orientações e políticas. O BE acompanha as teses federalistas de "mais UE", negando o papel fundamental da soberania nacional na luta em defesa dos interesses do povo e do País e por uma outra Europa.

Ao contrário do que os responsáveis pela política de direita procuram fazer crer, as razões que conduziram à actual situação nacional, não são de agora, nem residem apenas no agravamento da crise do capitalismo. As razões residem, sim, na acção conjugada e convergente do PS, PSD e CDS-PP, nestes mais de trinta anos de governação do país e em mais de vinte anos de participação de Portugal na União Europeia.

O Encontro da CDU caracteriza a política do Governo PS dirigida às comunidades portuguesas por uma acção governativa que, ao contrário dos discursos demagógicos e propagandísticos, não tem tido em devida conta o peso e a importância das comunidades portuguesas no todo nacional: desinveste no ensino da língua e cultura portuguesas nas comunidades portuguesas; encerra e despromove consulados de carreira com evidentes prejuízos para os utentes; recorre a mecanismos

administrativos e financeiros para dificultar o funcionamento autónomo do Conselho das Comunidades; reduz substancialmente o porte-pago aos órgãos de informação; põe termo à conta "poupança emigrante"; mantém a discriminação aos ex-militares emigrantes na contagem de tempo para efeitos de reforma.

Para o PCP e a CDU e todos aqueles que se têm oposto a esta política, as eleições podem e devem constituir, no momento do voto, uma clara afirmação da vontade de uma ruptura com a política de direita dos sucessivos governos e as orientações da UE, sendo certo que o reforço da influência do PCP e da CDU é a garantia de uma política alternativa de esquerda.

O Encontro da CDU denuncia e alerta para as manobras do Governo e do PS que procura alimentar as suas ambições de manutenção do poder absoluto, em nome da crise e da "governabilidade". Ao contrário do que o PS pretende, o que o país precisa e reclama é de uma política que: ponha fim à instabilidade política e social agravada pela governação absoluta do PS; melhore as condições de vida dos trabalhadores; altere o agravamento das assimetrias regionais; afirme a soberania e os interesses nacionais; potencie a importância das comunidades portuguesas como vector estratégico nas orientações da política externa e como parte integrante da política nacional.

Em suma, uma política ao serviço de Portugal e do povo português que vive dentro e fora do país, em que o direito constitucional de emigrar deixe de ser uma gravosa alternativa à falta de emprego e de emprego com direitos, fruto da política de direita que agrava as condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias, por via do aumento do desemprego, da destruição do aparelho produtivo e provocando a desertificação de vastas regiões do país.

A CDU é um espaço de convergência de causas e lutas onde cabem todos os trabalhadores, os micro pequenos e médios empresários da indústria, do comércio e dos serviços, os reformados, as mulheres e os jovens, que não se resignam com as políticas ruinosas prosseguidas ao longo de anos em Portugal e nas Comunidades, com as potencialidades desperdiçadas pelos partidos PS, PSD e CDS-PP, que têm governado o país.

A CDU apresenta-se a estas eleições como a grande força de esquerda, espaço de convergência e acção unitária de todos quanto aspiram a uma mudança de política, portadora de um claro projecto de ruptura com a política de direita e de cujo reforço depende uma viragem na política nacional e a construção de uma nova política e um novo rumo para Portugal e na Diáspora.

A CDU defende uma nova política que rompa, de facto, com a repetida alternância entre PS e PSD – com ou sem o CDS-PP – que há já demasiados anos nos governa.

Uma nova política que reconheça nas comunidades portuguesas um vector estratégico ancoradas na política externa, que afirme Portugal como um país livre e soberano que, rompendo com a subserviência face às imposições da União Europeia, assegure a defesa intransigente dos interesses nacionais e de uma política de cooperação e paz entre os povos.

Uma nova política que defenda e valorize a língua e cultura portuguesas no estrangeiro, e, através de uma linha de acção própria, promova o ensino da língua e

cultura nas comunidades, e, em particular, como forma de manter e reforçar os laços com Portugal das novas gerações de luso-descendentes.

Uma nova política de apoio ao movimento associativo das comunidades, no respeito pela sua identidade e diversidade, bem como o apoio aos órgãos de informação da nossa diáspora.

Uma nova política que garanta serviços consulares modernos, eficazes e acessíveis a quem deles necessite, em conformidade com os interesses do país e das comunidades e que possam responder eficazmente aos novos problemas decorrentes dos novos fluxos emigratórios.

Uma nova política que potencie a captação das remessas dos emigrantes, promovendo e estimulando investimentos produtivos com vista à criação de emprego, contribuindo para o efectivo desenvolvimento regional, um maior equilíbrio territorial e uma maior coesão económica e social das várias regiões do país de onde são oriundos os emigrantes.

Uma nova política que tenha em atenção a situação dos reformados que trabalharam no estrangeiro e que lhes seja:

- reconhecida, em Portugal, a situação de invalidez desde que a mesma, legalmente, lhes seja atribuída no estrangeiro;

- reconhecida sem qualquer penalização, em Portugal, a situação de reformado, antes dos 65 anos de idade, desde que aos mesmos, legalmente lhes seja atribuída no estrangeiro;

- atribuída, caso permaneçam no país de acolhimento, a pensão mínima, desde que a soma das várias pensões seja inferior ao valor considerado como o limiar da pobreza, no respectivo país.

O Encontro da CDU salienta o facto de os dois actos eleitorais em que os portugueses da diáspora vão participar se realizarem em tempos muito próximos – para o PE a 7 de Junho e para a AR provavelmente em Setembro – exigindo por isso a concepção e construção de uma campanha activa, baseada no grande empenhamento de todos os activistas da CDU, assente no contacto directo, na informação, no esclarecimento e no convencimento dos eleitores.

Uma campanha eleitoral que responda às exigências dos dois actos eleitorais que ocorrerão com um intervalo de 3 meses. Esta campanha tem de ser construída de forma integrada para assegurar a convergência de cada um desses actos na concretização do objectivo geral do reforço da influência da CDU, alicerçada no tratamento dos problemas concretos do país e dos portugueses que trabalham e vivem no estrangeiro.

O Encontro da CDU destaca, por isso, a importância das eleições para o Parlamento Europeu cujo resultado, por ser a primeira eleição, deverá potenciar o alargamento da CDU e contribuir para uma viragem na vida política nacional e na Europa.

Uma activa campanha será um importante factor capaz de romper preconceitos, sentimentos de desânimo, conformismo e tendências abstencionistas que anos de políticas de direita instalaram em muitos portugueses. Uma campanha marcada pela confiança alicerçada no património de trabalho e de acção da CDU em defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses e ancorada nas propostas que a CDU apresenta às comunidades portuguesas.

O Encontro da CDU dirige-se a todos os que reconhecem na CDU a força indispensável a uma nova política, contribuindo para alargar o esclarecimento e ampliar, na consciência de mais e mais portugueses, a convicção de que é no reforço da CDU que está a garantia de abrir um caminho de esperança e de uma vida melhor para os portugueses que vivem dentro e fora do País. ●



para uma vida melhor!

PCP-PEV



PCP apresenta propostas de alteração à lei do Recenseamento Eleitoral

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de lei de alteração à lei do recenseamento eleitoral, que contém um conjunto de soluções práticas que visam facilitar e garantir a informação, a promoção da inscrição e a fiscalização dos actos inerentes ao recenseamento eleitoral.

O novo regime jurídico do recenseamento eleitoral consagrou medidas de simplificação e modernização com vista à actualização permanente do recenseamento eleitoral. A concretização de algumas das medidas aí previstas e o tratamento já em curso dos dados, designadamente as novas inscrições automáticas, transferências e eliminações de cidadãos eleitores residentes em território nacional e no estrangeiro, com vista à realização de vários actos eleitorais proximamente, têm sublinhado alguns problemas práticos que urgem resolução atempada.

Na justificação das propostas do PCP relacionadas com o recenseamento no estrangeiro, o PCP sublinha:

"O recenseamento dos cidadãos nacionais residentes no estrangeiro, apesar de voluntário, merece uma especial atenção tendo em conta as particularidades que assume. As recentes alterações no regime jurídico do recenseamento, incluindo a inscrição automá-

tica quando o cidadão tem a morada em território nacional no documento de identificação; a omissão ou incorrecta e desactualizada informação prestada nos consulados ou disponibilizada nos sítios na Internet, designadamente da responsabilidade da Secretaria de Es-

tado das Comunidades; a falta de uma campanha de sensibilização e de informação que chegue a todos; a dispersão pelo Mundo de cidadãos nacionais com capacidade eleitoral conjugada com a inexistência de números exactos sobre o universo destes cidadãos (existindo

apenas estimativas), dificulta sobremaneira a promoção voluntária e correcta no recenseamento eleitoral. Refira-se que algumas destas preocupações foram recentemente abordadas pela Comissão Nacional de Eleições em ofício dirigido à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República. Assim,

- **propomos** que se retome a possibilidade da promoção do recenseamento poder ser feita presencialmente ou por apresentante, como aconteceu até à alteração legislativa de 1999, facilitando-se assim a sua inscrição nos cadernos eleitorais;

- **propomos**, quanto aos cidadãos nacionais residentes no estrangeiro detentores de documento de identificação com a morada em território nacional e que, nos termos da lei, foram automaticamente inscritos na freguesia correspondente, possam presencialmente ou através de apresentante na embaixada, no consulado ou no posto consular, transferir o seu recenseamento desde que façam prova da respectiva residência no estrangeiro. E ainda, que o possam fazer por escrito desde que já anteriormente inscritos no mesmo distrito consular para onde pretendem ver transferida sua inscrição no recenseamento." •



Pormenor da bancada do PCP na Assembleia da República

Consulado Honorário de Santos ao serviço de quem?

A reestruturação consular do Governo PS, não tem apenas fins económicos. Tem, pelo que se está a ver, objectivos muito mais amplos. Se não, vejamos o caso do Consulado de Santos que acaba de passar a Consulado Honorário.

Segundo "O Mundo Lusíada online": "O dia 27 de Janeiro ficará marcado na história luso santista. Com a presença de várias individualidades, de empresários e de autoridades locais, foi inaugurado o Consulado Honorário de Santos" que ficará sob a responsabilidade do multimilionário Arménio Mendes. Entrevistado por aquele jornal paulista, o novo cônsul afirmou que, até à data, não sabia exactamente quais os serviços que iriam ser prestados. "Mas deveria ser um consulado de carreira" – afirmou! – e que iria dispor de quatro (4) funcionários contratados pelo MNE e de um outro titular, da confiança de Arménio Mendes e contratado pelo próprio!!! Compreende-se que tenha contratado alguém da sua confiança, que irá fazer o trabalho do novo cônsul, pois este é um empresário ocupado com os seus investimentos, os seus negócios, os seus interesses em Portugal e no Brasil. Arménio Mendes é dono de



Foto de arquivo do consulado de Santos

um enorme património imobiliário na Baixa de Santos, a cidade turística, portuária e agora petrolífera, do litoral do Estado de São Paulo. É ainda irmão de Emídio Mendes, participando nos seus

negócios do "Riviera Group", com investimentos imobiliários em Coimbra e em Carcavelos, com ligações ao Académica de Coimbra e a outros clubes de futebol. Arménio Mendes é natural da re-

gião de Leiria, foi para o Brasil trabalhar na construção civil, e noutras actividades menos legais como o "jogo do bicho", e aí fez fortuna. Hoje é conhecido na Comunidade de Santos como "um homem cheio de massa". Assim sendo, porque é que este homem foi nomeado Cônsul Honorário, pelo Governo PS de José Sócrates? Para melhor funcionamento dos Serviços Externos do Estado Português?

Convém lembrar as grandes manifestações realizadas pelos portugueses de Santos contra o encerramento do Consulado Geral e a sua posterior transformação. Porque o novo consulado irá dispor de melhores serviços, com muito menos pessoal, mais informatizado, com identificação dos "utentes" via satélite para Lisboa, para emissão de bilhetes de identidade e de passaportes?

Porque foi nomeado Cônsul Honorário um homem que é conhecido na Comunidade Portuguesa de Santos como "pouco escrupuloso"?

Há contornos pouco claros nesta nomeação que deveriam ser esclarecidos pelo Governo. Consta que Arménio Mendes dispõe agora de imunidade diplomática, e o Partido Socialista dispõe do apoio de um empresário multimilionário. •

Remessas dos Emigrantes (*)

O desprezo do Governo por uma questão estratégica

Em 2008, os emigrantes enviaram para Portugal cerca de 7 milhões de euros por dia. Estamos, pois, a falar de um valor anual global de 2.558 milhões de euros.

Esse dinheiro vem um pouco de toda a parte, embora tais remessas estejam, em cerca de 90%, concentradas em, apenas, 8 países (França, Suíça, EUA, Alemanha, Espanha, Reino Unido, Luxemburgo e Canadá).

O país líder é a França, com 996 milhões de euros, seguido da Suíça, com 558 milhões de euros, sendo responsáveis por 61% do total das remessas.

Em 3.º lugar estão os EUA, com 176 milhões de euros e, em 4.º lugar, a Alemanha, com 157 milhões de euros. A Espanha ocupa a 5.ª posição, responsável pelo envio de 148 milhões de euros, valor que supera o Reino Unido e a soma conjunta do Luxemburgo e do Canadá.

Estas, no seu conjunto, estão em regressão, se tomarmos como ponto de referência o que se passava, por exemplo, há quinze anos atrás, ou, até, mais recentemente, como seja o ano de 2001.

Em 1993, as remessas totalizaram cerca de 3.352 milhões de euros, valor que sobe aos 3.737 milhões euros em 2001.

Em 2008 regista uma quebra nominal de 1.179 milhões de euros relativamente a 2001, valor que sobe a cerca de dois mil milhões de euros se considerarmos, nesse período de sete anos, a taxa de inflação, verificada em Portugal.

Haverá, seguramente, muitas razões para a redução do envio das remessas: desemprego, redução do salário real, fixação definitiva nos países de acolhimento, alteração nos padrões de consumo, razões familiares.

Mas haverá, também, uma outra razão estrutural, ligada aos comportamentos das classes dominantes, ou seja, uma menorização, por parte do Governo, pela importância estratégica das remessas, a que se soma a ganância de lucro por parte dos banqueiros ao negarem um juro rentável às poupanças dos emigrantes, tudo isto a par do efeito concorrencial dos off-shores espalhados por esse mundo fora, cujos mandantes não são, como disse Lula da Silva, a propósito da crise do capitalismo, «homens brancos com olhos azuis», mas, antes, seres que não se pautam por factores biológicos, mas sim pela máxima exploração de quem vive do trabalho.

Do parasitismo à usura

Retenhamos, agora, a nossa atenção sobre os primeiros anos do século XXI, não na perspectiva das remessas, mas do volume dos depósitos dos emigrantes colocados, em Portugal, na banca tradicional, ou seja, excluindo os off-shores.

Numa análise feita a tais poupanças, bem como ao conjunto dos depósitos de todos os residentes, é fácil de concluir que todo esse aforro é mal retribuído pelo sistema financeiro, cujo parasitismo



no pagamento dos depósitos e cuja usura na fixação das taxas relativas ao crédito, têm, respectivamente, contribuído para a crise da nossa economia, muito antes da crise internacional ter entrado pelas nossas fronteiras.

A propósito do parasitismo da banca, eis alguns exemplos fornecidos pelo INE:

Em 2000, o total dos depósitos dos emigrantes correspondia a cerca de 10.695 milhões de euros, pelos quais estes concidadãos receberam, sob a forma de juros, cerca de 283 milhões de euros. Estamos a falar de uma taxa média de remuneração de 2,6%, isto num ano em que a inflação atingiu os 2,9%.

Em 2001, repete-se, de uma forma agravada, a mesma história. Nesse ano os emigrantes tinham depositados nos bancos instalados em Portugal 11.219 milhões de euros, tendo recebido, sob a forma de juros, 336 milhões de euros, o que correspondia a uma taxa média de 3%, quando, no mesmo período, a inflação atingiu os 4,4%.

A partir de 2001, ano em que os depósitos atingiram, no presente século, o seu valor mais elevado, assiste-se a uma constante e progressiva regressão.

Em 2002 os depósitos dos emigrantes regridem para os 9.639 milhões de euros, tendo os mesmos rendido 239 milhões de euros, a que correspondeu uma taxa média de 2,5%, enquanto que a inflação subiu aos 3,6%.

Em 2003, 2004 e 2005 os depósitos fixaram-se, respectivamente, em 8.574, 7.595 e 5.909 milhões de euros, o que comprova o plano inclinado em que decorrem os depósitos e, reflexamente, as remessas dos emigrantes.

Em 2006, o total dos depósitos dos emigrantes atingiu, apenas, 5.745 milhões de euros, ou seja, menos 49%, no espaço temporal de 5 anos, o que faz com que, no conjunto dos depósitos, incluindo os dos residentes, a parte relativa aos emigrantes não represente mais do que 3,9%, o que constitui a prova provada do desinteresse do Governo pela poupança gerada pelos emigrantes.

Onde estão os depósitos dos emigrantes?

Os últimos dados disponíveis diziam que, em 2005, estavam depositados no

concelho do Funchal, em nome dos emigrantes, qualquer coisa como 1.213 milhões de euros.

Isto significa que, naquele ano, o concelho do Funchal, por si só, representava 21% do total dos depósitos dos emigrantes.

Contudo, é bom salientar, que a regressão deste tipo de depósitos também se faz sentir na Madeira, embora nos últimos dois anos (2007 e 2008) tenha havido um crescimento dos mesmos no respectivo off-shore.

Com efeito, entre 2001 e 2005 há uma quebra de mais de 2.000 milhões de euros, o que nos leva a interrogar a razão de ser de os valores naquelas datas passarem de 3.234 milhões de euros num ano, para, quatro anos depois, de fixarem em 1.213 milhões de euros.

Excluindo a situação particular do Funchal, os depósitos mais vultuosos dos emigrantes localizam-se, em termos regionais, no Norte e no Centro, ou seja, em regiões onde se praticam os mais baixos salários, razão pela qual se explica, em grande parte, a emigração, designadamente no Minho e nos concelhos de Chaves, Porto, Guarda, Viseu e Sabugal.

Mais a sul, mas a norte do rio Tejo, temos alguns concelhos onde os depósitos superam os 50 milhões de euros, como são os casos de Cantanhede, Leiria, Pombal, Ourém, a que se juntam, os concelhos de Lisboa e de Oeiras.

A sul do rio Tejo não há nenhum concelho onde o volume dos depósitos dos emigrantes supere os 50 milhões de euros, salvo, apenas, uma excepção: o concelho de Loulé.

O papel dos off-shores

Não dispomos de dados que nos levem a uma explicação detalhada dos altos e baixos dos depósitos dos emigrantes num reduzido espaço temporal, nem a uma explicação factual daquilo que indicia ser a existência de um sistema de vasos comunicantes entre os banqueiros da banca tradicional e os respectivos interesses nos seus paraísos fiscais.

Se, por um lado, os dados disponíveis do BP, no âmbito do off-shore da Madeira referem quebras nos depósitos dos emigrantes em 2005 e 2006, aquela entidade reguladora refere, como já atrás

referimos, um aumento muito expressivo nos anos seguintes, tendo o valor dos depósitos dos emigrantes, naquele paraíso fiscal, atingindo, em 2008, cerca de 2.309 milhões de euros, valor que supera os depósitos das sociedades e particulares residentes em Portugal, mas depositados no off-shore em questão.

Concluindo: se, a nível nacional, na banca tradicional, o peso dos depósitos dos emigrantes é pouco expressivo, diríamos, mesmo, residual, a nível do off-shore da Madeira o peso dos depósitos dos emigrantes é maioritário, na ordem de 52% do total.

A importância da poupança e do investimento

A importância das remessas dos emigrantes e o respectivo aforro no sistema bancário devia constituir um objectivo estratégico do Governo.

O país precisa de fomentar a poupança e, por via de um sistema financeiro criteriosamente gerido e supervisionado, transformar essa poupança em investimento, sem esquecer as boas práticas no que concerne ao pagamento dos juros, quer eles resultem de depósitos, quer de créditos.

O país precisa, conjugadamente, de captar as poupanças investindo-as em sectores geradores de emprego, que potencie o nosso mercado interno, que minimize as importações, que maximize as exportações e que, por via de uma coisa e outra, melhore tanto a nossa balança comercial, como a recolha de impostos.

A título de exemplo, eis um dos sectores onde devia haver investimentos: **o nosso deficit alimentar.**

Em 2007, para termos acesso à nossa dieta alimentar, tivemos de importar alimentos no valor de 7.193 mil milhões de euros.

De acordo com os actuais parâmetros de produtividade existente no sector agro-alimentar a substituição de cerca de 50% dessas importações pela produção nacional daria lugar a cerca de 30.000 novos postos de trabalho directo, sem contar com o efeito, nas várias actividades produtivas e de serviços, a montante e a jusante.

Sobre o deficit alimentar o PS está caladinho (cerca de 60% só na área das matérias-primas destinadas à indústria agro-alimentar), porque ele sabe bem que o facto do país não produzir os alimentos necessários de que precisa constitui um libelo acusatório a todos aqueles que apostaram na financeirização da economia, na economia de casino, na economia de serviços de reduzido valor acrescentado e no turismo, ao mesmo tempo que desprezaram a importância das remessas dos emigrantes como alavanca no desenvolvimento da nossa economia.

Anselmo Dias

* Adaptação do artigo a publicar brevemente no jornal Avante! ●

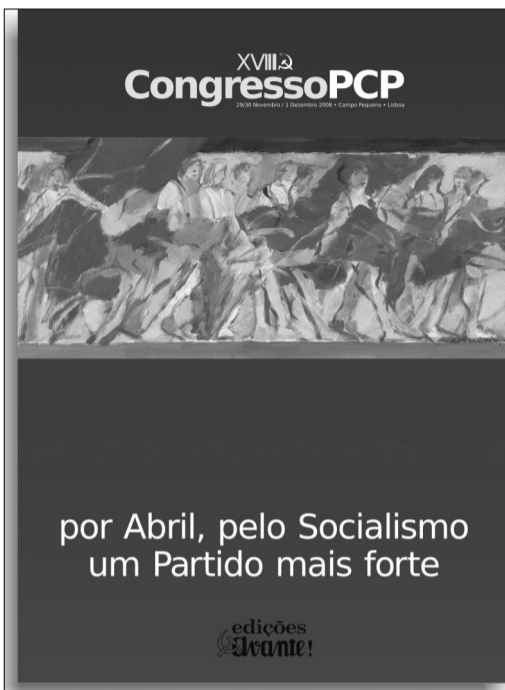
Divulgação

O livro do Congresso

Acaba de sair para o grande público o livro sobre o XVIII Congresso do PCP, publicado pelas Edições Avante! O XVIII Congresso realizou-se em Lisboa, a 29, 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2008, sob o lema "Por Abril, pelo Socialismo, um PCP mais forte!".

O Congresso analisou a actividade do Partido desde o anterior Congresso de 2004, a evolução do País e do Mundo, aprovou a Resolução Política que contem as orientações para a intervenção e actividade do PCP, e elegeu o novo Comité Central. O livro do Congresso é, assim, um documento para estudar. Nele são retratados, através das diversas intervenções, os problemas, as lutas e aspirações dos trabalhadores portugueses, do povo e da juventude que são simultaneamente indissociáveis das Propostas e do Projecto do PCP, aqui também expresso.

O livro encontra-se já à venda nos Centros de Trabalho. O preço de venda ao público é de 15€. Pode-se fazer a



encomenda também através do portal www.editorial-avante.pcp.pt ou, então, para a morada Editorial Avante!, na Avenida Gago Coutinho, 121 1700-029 LISBOA. ●

O Militante

Boletim do PCP Reflexão e Prática

O número de Março/Abril de 2009 de **O Militante**, contém um conjunto de artigos dedicados à crise do capitalismo. Carlos Carvalhas assina "A crise e a luta ideológica" e Sérgio Ribeiro "Esta crise ou a crise e os seus momentos".

São artigos fundamentais para quem queira compreender quais as razões concretas que estão a levar ao desemprego, à emigração em busca de uma forma de sobreviver, ao aumento da fome e da miséria, a nível mundial. E, claro, a nível de Portugal.

Mas **O Militante** trata ainda, o 88º aniversário do PCP, as próximas eleições, a intervenção dos deputados comunistas no Parlamento Europeu. Sobre a situação internacional, Ângelo Alves escreve sobre "O Encontro Internacional de São Paulo dos Partidos comunistas e operários", Jorge Cadima sobre a NATO "60 nos ao serviço do imperialismo" e José Goulão sobre "O genocídio sistemático na Palestina".

Nesta edição, são ainda publicados: o Comunicado do Comité de 31 de Janeiro, intitulado "Dinamizar a luta, para enfrentar a ofensiva" e a Resolução do Comité Central de 1 de Fevereiro in-

titulada "Medidas urgentes de combate à crise".

Assina Lê e Divulga: *o militante*

Distribuição e assinaturas:
Europa - 6 números: 20€
Fora da Europa - 6 números: 30€
Av. Gago Coutinho, 121
1700-029 Lisboa ●



Festa do Avante!

Não há Festa como esta!

A Festa do Órgão Central do PCP é hoje a festa de Portugal e dos portugueses, que este ano se realiza nos dias 4, 5 e 6 de Setembro.

Compre já a sua EP! (Entrada Permanente) que é um título de solidariedade que dá acesso nos 3 dias da festa, no valor de 19€ até ao dia 3 de Setembro, e no valor de 28€ nos dias da Festa. ●



Candidatura da CDU ao PE

António Avelãs Nunes é mandatário da lista

Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra exerce, desde 2003, as funções de Vice-Reitor da Universidade. É director do Boletim de Ciências Económicas, revista especializada da Faculdade de Direito de Coimbra.

Na sua actividade de resistência ao regime fascista foi director da Via Latina, jornal da Associação Académica de Coimbra. Participante em várias conferências e colóquios sobre temas de Economia inserida na luta ideológica contra o fascismo, viu a sua nomeação para o lugar de acesso da carreira da Magistratura recusada por razões políticas em 1962.

Membro da Redacção da Vértice, desde 1970, integra actualmente o seu Conselho Editorial.

Exerceu funções nos Governos saídos da Revolução de Abril, primeiro como Secretário de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar e depois como Secretário de Estado do Ensino Superior e da Investigação Científica.

É membro da Presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação. É Presidente da Associação Portuguesa de Amizade e Cooperação Iuri Gagarine.

Autor de uma extensa obra publicada, livros e artigos sobre temas da sua especialidade, destacam-se os dedicados ao estudo do capitalismo e neoliberalismo bem como os centrados na problemática económica e social europeias. ●

Lista da CDU ao Parlamento Europeu

Gente de confiança com provas dadas

A CDU apresentou em Lisboa, em 30 de Março, num acto público em que participaram centenas de pessoas, a lista de candidatos às eleições para o Parlamento Europeu.

Como afirmou António Avelãs Nunes, mandatário da CDU, esta lista é "constituída por 16 mulheres e 14 homens com presença destacada nos mais importantes sectores da vida nacional, na indústria e nos serviços, na pesca e na agricultura, na educação, na medicina e na investigação científica. Estas são pessoas ligadas ao mundo do trabalho, dirigentes sindicais com prestígio firmado, jovens cientistas, profes-



Ilda Figueiredo

sos, operários, médicos, pessoas de cultura."

Avelãs Nunes sublinhou ainda o facto da lista de candidatos da CDU contar com José Saramago, "a figura mais respeitada, à escala mundial, da cultura portuguesa."

Ilda Figueiredo, primeira candidata da lista da CDU, referiu a necessidade de "reforçar a esquerda vinculada com os interesses dos trabalhadores e claramente demarcada da social-democracia, esta esquerda apostada na cooperação e na luta contra a ofensiva concertada do grande capital e na defesa por uma outra Europa de progresso social e solidariedade."

A candidata da CDU disse, ainda, que "neste momento de grande desenvolvimento da luta de classes em Portugal e na União Europeia, quando cresce o descontentamento dos trabalhadores e das populações, a CDU é a resposta para dar expressão ao protesto, à denúncia e condenação destas políticas."

"É possível reforçar a mobilização, a participação nas eleições e o voto na CDU de quem está a ser vítima destas políticas, de quem anseia por uma vida melhor, pela justiça social, pela defesa dos interesses portugueses, pela igualdade, pela paz e democracia participativa, pelas conquistas da revolução de Abril". ●

Lista dos candidatos da CDU

Ilda Figueiredo

60 anos, Economista, Membro do Comité Central do PCP, Vereadora na Câmara Municipal de Gaia, Deputada no Parlamento Europeu desde 1999.

João Ferreira

30 anos, Biólogo, Doutorando em Ecologia, Técnico Superior da Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal (AIA), Membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, Sócio-fundador da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica.

Ana Rita Carvalhais

55 anos, Professora do Ensino Secundário, Membro da Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP, Membro da Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro, do Secretariado Nacional da Federação Nacional dos Professores, e do Conselho Nacional da CGTP-IN.

Francisco Madeira Lopes

34 anos, Advogado, Membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista "Os Verdes", Deputado do PEV na Assembleia da República, Membro do Teatrinho de Santarém.

Pedro Guerreiro

43 anos, Psicólogo, Membro do Comité Central do PCP, Deputado no Parlamento Europeu desde 2005.

Ana Avoila

55 anos, Funcionária pública, Membro da Direcção do Sector da Função Pública de Lisboa do PCP, Membro do Secretariado Permanente da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, Coordenadora da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, Membro da Comissão Executiva da CGTP.

Edgar Silva

46 anos, Licenciado em Teologia, Membro do Comité Central do PCP, Membro fundador do MAC-Movimento de Acções da Criança, Eleito na Assembleia de Freguesia de Santo António (Funchal), Deputado na Assembleia Legislativa Regional da Madeira desde 1996.

Inês Zuber

29 anos, Socióloga, bolseira de Doutoramento, Membro do Organismo de Direcção da Cidade de Lisboa do PCP, Membro da Associação de Bolseiros de Investigação Cien-

tífica, Vereadora Suplente da Câmara Municipal de Lisboa.

Carina Castro

25 anos, Licenciada em Artes Plásticas, Membro do Secretariado e da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP.

José Saramago

86 anos, Escritor – Prémio Camões. Prémio Nobel da Literatura, Membro do PCP.

Felismina Mendes

45 anos, Assistente Administrativa, Independente, Presidente da Associação Caboverdeana de Setúbal, Conselheira da Comunidade Caboverdeana no Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração, Membro da Coordenação da Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal (PERCIP).

João Vicente

66 anos, Engenheiro Agrícola, Independente, Membro da Associação Intervenção Democrática.

Carlos Ribeiro

53 anos, Doutoramento em Biologia Celular e Molecular, Professor na Universidade dos Açores, Membro do Conselho Regional do PCP-Açores, Membro da Comissão CDU-Açores e da Comissão CDU de São Miguel.

Hortênsia Menino

31 anos, Geógrafa, Membro da Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP, Membro da Associação Nacional de Geógrafos, Vereadora da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Joaquim Judas

57 anos, Médico, Membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal, Membro da Comissão de Fiscalização da Federação Nacional dos Médicos e da Direcção Nacional da Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos, Promotor do Movimento das Comissões de Utentes dos Serviços de Saúde no Distrito de Setúbal, Presidente da Assembleia Municipal do Seixal.

Manuel Rodrigues

55 anos, Professor, Membro do Comité Central do PCP, Dirigente sindical da FENPROF e da União dos Sindicatos de Viseu, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Confederação Nacional da Agricultura, da ASSOL-Associação de Solidariedade Social de Lafões, da APCV-Associação de Paralisia Cerebral de Viseu e da BALADI-Federação

Nacional de Baldios, Presidente da Direcção da BALFLORA-Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu, Membro da Sociedade Portuguesa de Autores.

Maria Manuel Coelho

44 anos, Técnica Superior da Área Social e directora do Projecto Municipal "Centro Social do Lidador" em Beja, Membro da Comissão Concelhia de Beja do PCP, Membro da Assembleia de Freguesia São João Baptista, em Beja.

Margarida Leça

56 anos, Professora, Membro da Comissão Concelhia de Guimarães do PCP, Dirigente Sindical da FENPROF, Membro da Assembleia de Freguesia de Creixomil e da Assembleia Municipal de Guimarães.

Rogério Reis

48 anos, Professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Membro do Comité Central do PCP e do Sector Intelectual do Porto.

Cláudia Madeira

28 Anos, Licenciada em Românicas, Dirigente da Ecolojovem "Os Verdes", Membro da Comissão Executiva Nacional do PEV, Membro da Direcção do Conselho Português para a Paz e a Cooperação.

Margarida Fonseca

48 anos, Educadora de Infância, Membro da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP, Dirigente sindical da FENPROF, Membro do Movimento de Utentes da Saúde de Coimbra, Membro da Assembleia Municipal de Coimbra.

Casimiro Menezes

64 anos, Médico, Membro da Comissão Nacional do PCP para a Área dos Reformados, Presidente da Confederação Nacional de Reformados Pensionistas e Idosos – MURPI.

Beatriz Matias

Psicóloga, 70 anos, Membro do Conselho Geral da Associação Intervenção Democrática.

Ana Paula Simões

41 Anos, Operadora Especializada, Trabalhadora estudante, finalista da licenciatura em Direito, Membro da Comissão de Arbitragem Nacional do Partido Ecologista "Os Verdes", Dirigente do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte e Centro, membro da Direcção Nacional da FIEQUIMETAL, membro da União dos Sindicatos de Vila Real e do Conselho Nacional da CGTP-IN.

Adelino Nunes

46 anos, Metalúrgico, Membro do Executivo da Direcção de Organização Regional de Aveiro do PCP, Membro efectivo do Conselho Europeu de Empresa do grupo Renault, Dirigente sindical dos Metalúrgicos, membro da Direcção Nacional da FIEQUIMETAL e da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Aveiro.

Vera Lúcia Dourado

27 anos, Engenheira do Ambiente, Membro da Comissão Concelhia de São Brás de Alportel do PCP, Membro da Juventude Comunista Portuguesa.

Maria Encarnação Galvão

(Ver biografia páginas centrais)

José António Amador

57 anos, Pescador, Membro da Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP, Membro fundador da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Centro, Presidente da Direcção da Mútua dos Pescadores-Cooperativa de Seguros, Membro dos Corpos Sociais da PLURICOOP, Membro da Assembleia Municipal de Peniche, Membro da Assembleia Intermunicipal do Oeste.

Dulce Pinheiro

49 anos, Professora do ensino básico do 1º Ciclo, Membro da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP e do seu executivo, Dirigente sindical dos Professores e da Direcção da União de Sindicatos de Castelo Branco, Vice-presidente do Centro Cultural Pedro Álvares Cabral, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Desportiva de Belmonte.

Rui Viana

53 anos, Funcionário Judicial, Membro da Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP, Membro do Conselho Nacional do Sindicato dos Funcionários Judiciais, Vogal relator do Conselho dos Oficiais de Justiça, Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sport Clube Vianense e do Santa Luzia Futebol Clube e da Associação Sócio Cultural dos Moradores de Abelheira, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Centro Cultural do Alto Minho, Membro da Assembleia Municipal de Viana do Castelo.

Mandatário

António Avelãs Nunes

(Nota biográfica na pág. 11) ●